



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,56% São Paulo	187.366 187.206 8/9 9/9 10/9 11/9	R\$ 5,125 (+ 0,44%)	3/setembro 5,104 4/setembro 5,130 8/setembro 5,085 9/setembro 5,112 10/setembro 5,102	R\$ 1.621	R\$ 5,944	13,90%	13,71%
							Abri/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07 agosto/2026 -0,32



Operação Compliance Zero

Até o Banco Central entra no esquema

Relatórios mostram que ex-servidores da autarquia receberam propina para atuarem a favor do Master dentro do próprio BC

» PEDRO JOSÉ BORGES
» ROSANA HESSEL

Os documentos de vários relatórios sigilosos das investigações da Polícia Federal (PF) no âmbito da Operação Compliance Zero, que trata do escândalo de fraudes do Banco Master, revelam uma série de conversas do ex-banqueiro Daniel Vorcaro que colocam não apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) em uma crise institucional, mas também o Banco Central.

Nos documentos anexados, os autos registram que Vorcaro mantinha interlocução frequente com dois funcionários do Banco Central: Belline Santana, chefe do Departamento de Supervisão Bancária (Desup) e Paulo Sérgio Neves de Souza, chefe-adjunto do Desup, ambos afastados do BC após vazamento de informações sobre as investigações. Eles chegaram a dar consultorias a Vorcaro. Paulo Sérgio, inclusive, deu instruções sobre como o ex-banqueiro deveria se comportar em reunião com o presidente do BC.

Belline Santana é acusado de ter recebido R\$ 2 milhões em propina para atuar como uma espécie de consultor informal do Master dentro do próprio BC. Conforme investigação aberta pela autoridade monetária, ele abriu uma empresa destinada à educação financeira de crianças carentes para receber dinheiro do Master.

Segundo relatório da Polícia Federal, ele recebeu os recursos, enquanto mantinha contatos frequentes com Vorcaro, revisando

Reprodução de internet



Beline Santana recebeu R\$ 2 milhões por consultoria informal

documentos e dando instruções sobre como enviá-los ao órgão. O inquérito demonstra farto material mostrando que Belline também participava de reuniões virtuais e presenciais com o banqueiro, além de repassar informações sobre a fiscalização do BC sobre o Banco Master. Belline ainda é acusado de ter recebido favores durante uma viagem a Paris com a sua esposa, recebendo vantagens materiais em

almoços e jantares em restaurantes da capital francesa.

Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de Fiscalização do BC, também é acusado de participar do mesmo esquema, tendo recebido R\$ 4,8 milhões em propina, por meio da venda de um sítio no interior de Minas Gerais.

Nos autos do processo, há a indicação de serviços prestados por Daniel Vorcaro a Paulo Sérgio e

Reprodução de internet



Paulo Sérgio Neves recebeu R\$ 4,8 milhões, segundo o relatório da PF

família em uma viagem para Orlando, na Flórida (Estados Unidos), para a Disney.

Pressões sobre Galípolo

Em um dos autos, Vorcaro pediu ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes para tentar um encontro com o presidente do BC, Gabriel Galípolo, na véspera de ele ser preso. Um

print da conversa datada em 16 de novembro de 2025, Vorcaro afirma: “Tentar que o Galípolo me receba e eu apresente o que vamos protocolar essa semana. Vamos resolver tudo. Não podem estourar uma bomba atômica na hora da solução, não faz sentido pra ninguém”, informou o print de uma anotação no bloco de notas encontrada no celular do ex-banqueiro. Segundo as investigações da PF, Vorcaro tirou foto

do registro e o enviou para o contato de Moraes em 16 de novembro de 2025.

Pouco antes, no dia 30 de outubro, Vorcaro registrou uma nota relatando que viajaria para Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, a fim de se encontrar com o interlocutor. Na mesma anotação, descreveu a situação do banco e os problemas que vinha enfrentando, destacando que havia recebido informações confidenciais de integrantes do Banco Central de que “G” (provavelmente Gabriel Galípolo, presidente do BC, segundo as informações dos investigadores da PF) e os demais diretores estariam novamente sob forte pressão para adotar alguma medida, em razão de intensa cobrança proveniente da PF e do Ministério Público Federal (MPF), os quais estariam alegando que tomariam providências contra ele.

Tornozeleira

Ontem, a defesa de Belline solicitou ao ministro André Mendonça, relator do caso, a revogação da obrigação de uso de tornozeleira eletrônica pelo cliente.

Em petição ao ministro, o advogado Leonardo Palazzi, usou como argumento a existência de “inadequações, disfuncionalidades, irregularidades e potenciais ilicitudes” por parte da Polícia Federal, argumento usado pelo próprio Mendonça em sua decisão de afastar Andrei Rodrigues da chefia do próprio órgão, na última terça-feira. No dia seguinte, o presidente do Supremo, Edson Fachin, suspendeu a decisão e manteve Andrei no posto. **(Com Agência Estado)**

BRB pediu de volta dinheiro pago ao Master

» RAPHAEL PATI

A relação do Banco de Brasília (BRB) com o Master é mais um tema detalhado nos documentos que integram os inquéritos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) e tiveram o sigilo quebrado pelo relator do caso no tribunal, o ministro André Mendonça. De acordo com o material divulgado publicamente, o BRB transferiu R\$ 17 bilhões para a compra de carteiras fraudulentas do banco de Vorcaro.

Nas investigações conduzidas pela PF, os documentos apontam que os créditos fraudulentos foram adquiridos de uma empresa chamada Tirreno Consultoria. Os documentos mostram que a proposta seria “viabilizar e promover a liquidez” da instituição financeira. De acordo com a PF, o Master simulou a aquisição de carteiras de créditos supostamente originadas pela Tirreno, que não teria histórico financeiro compatível com o volume negociado, segundo os investidores.

Após a aquisição das carteiras,

o Master revendia para o BRB, sendo que uma das supostas compras referidas no relatório teria sido de R\$ 6,7 bilhões e a outra, colocada como “prêmio”, de R\$ 5,5 bilhões. Esses recursos, que foram transferidos entre janeiro e maio do ano passado, indicariam, segundo a PF, que o BRB tentou amparar o banco de Daniel Vorcaro no momento em que passava por uma forte crise de liquidez, já que os mesmos documentos indicam que a compra desses ativos representava 30% de todos os bens da instituição pública.

Também consta nos autos do processo que os investigadores apontaram indícios que revelavam uma vontade do BRB em emprestar dinheiro ao Banco Master, mas que não podiam ser realizadas diretamente, em virtude do receio de que o banco do Distrito Federal tivesse uma potencial exposição. Segundo a PF, “a substituição entre os créditos BRB-Master ocorreu por pura camaradagem, em desacordo com a formalidade do instrumento contratual firmado, mas como

o Banco Master, sem carteira real suficiente de crédito consignado para sustentar sua captação, teria passado a fabricar e ceder Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) sem lastro idôneo ao BRB, com apoio da Tirreno — descrita como empresa de fachada ligada à Cartos — e de agentes que produziram documentos artificiais para aparentar regularidade das operações. Com isso, o BRB teria transferido cerca de R\$ 17 bilhões ao banco privado, inclusive adquirindo R\$ 12,2 bilhões em carteiras que o próprio banco público admitia não conseguir auditar adequadamente por falta de documentação.

Relatório aponta indícios de gestão fraudulenta nas operações

tentativa de abafar a fiscalização das operações”.

Os documentos obtidos pela Polícia Federal durante o processo também concluíram que houve gestão fraudulenta de ex-dirigentes do BRB em operações de compra que somaram R\$ 17,5 bilhões em carteiras do Master. Segundo esse relatório, o BRB dispunha de “sinais prudentes, financeiros e reputacionais relevantes sobre o Banco Master, formalmente incorporados ao seu ambiente informacional,

mas não demonstrou sua consideração no processo decisório”.

“Conclui-se, portanto, que o acervo permite caracterizar, sob a perspectiva técnico-pericial, a prática de gestão fraudulenta no processo de aquisição de carteiras do Banco Master, materializada pela manipulação da sequência de governança, pela formalização retrospectiva de controles, pela burla material ao regime de alçadas e pela continuidade obtida das operações apesar de alertas prudenciais e fragilidades

concretamente identificadas”, destaca a corporação, no relatório.

Uma outra perícia técnica realizada pela PF mostra, ainda, que o BRB chegou a ter 90,3% de suas carteiras de crédito adquiridas de outras instituições vendidas pelo banco de Vorcaro. A avaliação feita no último mês de agosto revela que o “pico” ocorreu em junho de 2025, quando o banco distrital chegou a ter R\$ 19,8 bilhões em carteiras do Master. Quando houve a liquidação do banco, essa participação caiu para 76,4%, já no mês de outubro do ano passado.

“A persistência desses percentuais afasta a hipótese de evento meramente pontual. Entre março e abril, a participação do Master saltou 18,31 pontos percentuais: seu saldo cresceu R\$ 7,16 bilhões (+70,9%), enquanto o conjunto dos demais cedentes recuou R\$ 2,04 bilhões (-46,8%)”, diz o relatório. Com base nos documentos recolhidos, os peritos concluíram que ficou caracterizada a prática de gestão fraudulenta, com as instâncias mais altas do banco pressionando para as

operações serem fechadas.

Os relatórios produzidos pela Polícia Federal (PF) apontam que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) teria enviado um pedido a Mendonça para que a Suprema Corte bloqueasse os recursos transferidos pelo BRB. O pedido foi feito no último dia 25 de agosto e, de acordo com o documento, o governo do DF pede o rastreamento de todas as movimentações financeiras originadas do BRB com o Master, “procedendo-se aos bloqueios, confiscos, exclusão e proibição da circulação no mercado dessa específica importância, com o consequente depósito judicial”.

O GDF ainda requer, na petição, que os valores sejam imediatamente devolvidos. O Burity sustenta que esses recursos são “produtos de crimes praticados em desfavor do BRB”. Além disso, cita convenções e acordos internacionais voltados ao combate à criminalidade organizada, nos quais o Brasil é signatário, à recuperação dos produtos dos delitos e à fixação de barreiras à lavagem de ativos.